O DENDÊ DE VALENÇA DA BAHIA: CARACTERÍSTICAS E IMPLICAÇÕES PARA A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

VALENÇA PALM OIL FROM BAHIA: CHARACTERISTICS AND IMPLICATIONS FOR GEOGRAPHICAL INDICATION

ACEITE DE PALMA DE VALENÇA: CARACTERÍSTICAS Y IMPLICACIONES PARA LA INDICACIÓN GEOGRÁFICA

Matheus Gonzaga Teles[1]
Ana Paula Trovatti Uetanabaro[2]
Lúcia Regina Rangel[3]
Thiago Cavalcante de Souza[4]

Resumo

Teles, M. G. Uetanabaro, A. P. T., Rangel, L. R., Souza, T. C. O Dendê de Valença da Bahia: características e implicações para a indicação geográfica. ***Rev. C&Trópico***, v. 49, n. 1, p. 145-176, 2025. Doi: 10.33148/ctrpico.v49i1.2398

Este trabalho objetiva realizar um levantamento acerca dos dados históricos, biológicos, culturais, sociais, políticos e econômicos, de forma a identificar elementos que justifiquem uma eventual Indicação Geográfica para o dendê de Valença. O trabalho abordõu as influências culturais, sociais, políticas e econômicas ocorridas no entorno geográfico do Município de Valença, Bahia, Brasil, região diretamente associada ao fruto do dendê e seu azeite, produto de reputação reconhecida no cenário nacional e internacional. A pesquisa foi dedutiva e descritiva em que se buscou analisar o conteúdo obtido, tendo em vista o recorte geográfico supracitado. As dimensões abordadas permitiram levantar os problemas e possíveis alternativas de melhoramento na produtividade do dendê, assim como do uso mercadológico da planta associado ao conceito de Indicação Geográfica (IG). Os resultados obtidos mostraram que a produção do dendê continua a configurar como um item importante na pauta produtiva local, assim como inúmeros indicadores favoráveis à divulgação e expansão desse cultivo. Este estudo evidenciou que o suporte à expansão das áreas produtoras de dendê é crucial para que a região possa manter e expandir índices produtivos a fim de favorecer a criação da IG e contribuir ainda mais com o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Agronegócio; Azeite de dendê; *Elaeis guineensis*; Desenvolvimento local.

Abstract

This study surveys the historical, biological, cultural, social, political, and economic framework of Valença palm oil to identify elements to support its possible Geographical Indication. It addresses the cultural, social, political, and economic influences that occur in Valença, in the state of Bahia, Brazil, and the area surrounding this municipality, a region that is directly associated with the oil palm fruit and its oil, a product with a well-established national and international reputation. The research was deductive and descriptive, and aimed to analyze the content obtained from the aforementioned geographical outline. The dimensions addressed enabled the identification of the problems and possible alternatives for improving palm oil productivity, as well as the market use of the plant associated with the concept of Geographical Indication (GI). The results showed that oil palm production continues to be an important item on the local production agenda, in addition to highlighting several indicators favorable to the promotion and expansion of this crop. This study

[1] Doutorando em Propriedade Industrial - Academia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Acad/Inpi) E-mail: gonzagadiplomata@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5613-5949
[2] Doutora em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) E-mail: aptuetanabaro@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3992-8474
[3] Doutora em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) E-mail: luciareggfer@gmail.com
[4] Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) E-mail: thiagocavalcante2@hotmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3992-8474

demonstrated that support for the expansion of oil palm production areas is crucial to enabling the region to maintain and expand production rates to support the establishment of a GI and further contribute to local development.
Keywords: Agribusiness; Palm oil; *Elaeis guineensis*; Local development.

Resumen

Este estudio recorre el marco histórico, biológico, cultural, social, político y económico de la palma de aceite de Valença, para identificar elementos que fundamenten su posible Indicación Geográfica. Aborda las influencias culturales, sociales, políticas y económicas que ocurren en Valença, en el estado de Bahía, Brasil, y los alrededores de este municipio, región que está directamente asociada con el fruto de la palma aceitera y su aceite, producto con reconocida reputación nacional e internacional. La investigación fue deductiva y descriptiva, y tuvo como objetivo analizar el contenido obtenido del mencionado trazado geográfico. Las dimensiones abordadas permitieron identificar los problemas y posibles alternativas para mejorar la productividad del aceite de palma, así como el uso comercial de la planta asociado al concepto de Indicación Geográfica (IG). Los resultados mostraron que la producción de palma aceitera continúa siendo un rubro importante en la agenda productiva local, además de resaltar varios indicadores favorables a la promoción y expansión de este cultivo. Este estudio demostró que el apoyo a la expansión de las áreas de producción de palma aceitera es crucial para permitir que la región mantenga y amplíe las tasas de producción con el fin de favorecer la creación de una IG y contribuir aún más al desarrollo local.
Palabras clave: Agronegocios; Aceite de palma; *Elaeis guineensis*; Desarrollo local.

Data de submissão: 14/11/2024
Data de aceite: 28/04/2025

1 INTRODUÇÃO

O dendê é fruto do dendezeiro (*Elaeis guineensis Jacq.),* uma palmácea originária da costa oriental africana (Golfo da Guiné), comumente encontrada nos territórios do Senegal e Angola (Souza, 2000). Nesse mesmo continente, o óleo de palma, como também é chamado o azeite de dendê, tem sido ao, longo dos séculos, a maior fonte natural de gorduras na alimentação das comunidades tribais a oeste do continente. Nessas regiões dendezeiras, os habitantes costumam consumir o fruto *in natura*, de modo que suas propriedades físico-químicas e organolépticas se mantêm intactas (Oliveira, 2019).

A introdução do dendê no Brasil aconteceu em meados do século XVII, no Estado da Bahia na época da escravidão, como resultado da diáspora africana. Em virtude disso, não se desenvolveu como outras plantações ao longo da costa, nem no interior do Nordeste (Watkins, 2018). Como a Bahia abrigava, à época, as maiores concentrações de escravos, a cultura do dendê cresceu e se desenvolveu como uma variedade subespontânea sempre atrelada aos trechos litorâneos ou muito próximos, sendo explorada de maneira extrativista (Müller; Alves, 1997; Müller, 2001).

Do fruto do dendezeiro são extraídos dois tipos de óleo: o óleo de palma ou azeite de dendê, extraído da polpa ou mesocarpo do fruto, e o óleo de palmiste, obtido da amêndoa do fruto, semelhante ao óleo de coco e de babaçu (Leiras, 2006). Segundo a Agência Nacional de

Vigilância Sanitária (Anvisa/2005), a designação de azeite de dendê somente pode ser utilizada para o óleo bruto da palmeira (*Elaeis guineensis* Jacq.).

As principais regiões produtoras do Brasil estão nos estados do Pará, Bahia, Rondônia e Acre. No país, em 2014, cerca de 127 mil hectares foram destinados à dendeicultura, o que resultou em uma produção de 1.393.873 toneladas de cachos de frutos frescos e produtividade média de 11,01 t/ha (Bentes & Homma, 2016).

De acordo com Yokoyama (2016), o Brasil passou a ter 236.252 hectares de áreas plantadas e, destes, 11% estão na Bahia, parte destinada à agroindústria, a agricultores familiares e pequenos e médios proprietários. A maioria dessas áreas da Bahia é formada por dendezais subespontâneos com baixa produtividade, mas com alta capacidade adaptativa às condições ambientais do Baixo Sul.

A produção do óleo de palma em 2016, no Brasil, foi de 346 mil toneladas; a previsão para 2018 foi de aproximadamente meio milhão de toneladas (Mendoza, 2020).

No ano de 2020, o Brasil alcançou a marca de 580 mil toneladas, segunda posição na América Latina, atrás somente da Colômbia (Alves, 2021).

O Pará, maior produtor, detém a segunda maior capacidade média produtiva com de cachos de frutos frescos, 57,19% da área, 87,82%, superior à nacional (11,01 t/ha) (Bentes & Homma, 2016). A Bahia já foi o maior produtor, porém nos últimos 20 anos está na segunda colocação. O estado tem apresentado dificuldades na sustentação desse cultivo, o que pode ser evidenciado por sua capacidade produtiva média, situada em 3,79 t/ha. A maior capacidade produtiva média pertence ao Acre com 18 t/ha de cachos de frutos frescos (Bentes & Homma, 2016). Entretanto, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a maior região produtora do azeite de dendê na Bahia é a região de Valença, denominada Baixo Sul. No que se refere ao dendê, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) afirma que ele "ocupa maior espaço e importância em termos de produção e está presente em todo o litoral do Território de Identidade – TI" (SDE, 2017, p. 6). A região possui uma área destinada à produção de 8.150 hectares com uma quantidade total produzida de 34.042 toneladas. A Bahia liderou a produção de dendê através do Arranjo Produtivo Local (APL) valenciano até o período de 1990, quando foi ultrapassada pelo Pará que já respondia por 61% da produção nacional (Müller, 2006).

Devido à importância do dendê de Valença para a história, cultura e economia baiana, esse trabalho objetiva levantar e analisar dados biológicos, culturais, sociais, políticos e econômicos que possam contribuir para a Indicação Geográfica (IG) do dendê de Valença. Os resultados foram obtidos através da metodologia de análise qualitativa com foco descritivo

segundo a literatura encontrada e as bases de dados disponíveis. Em alguns aspectos analisados – sobretudo o econômico e o biológico - podem ser identificadas soluções para problemas encontrados e possíveis alternativas de melhoramento em produtividade, assim como para o uso mercadológico da planta associado ao conceito de IG.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Indicação Geográfica como uma ferramenta de valorização do dendê de Valença

A IG contribui para a melhoria das condições de vida da região que a obtém, não se restringe a ganhos econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais, pois valorizam o *modus operandi* das técnicas tradicionais de produção, ao permitir que a população-alvo se fixe ao campo para produzir dentro dos limites territoriais da área delimitada e ao limitar tanto a mecanização quanto a monocultura. Além disso, pelo fato de contribuir com a presença das pessoas no campo, a IG, à medida que valoriza a atividade no interior, tanto por reconhecimento como por aumento de renda e qualidade de vida, também pode contribuir para evitar um êxodo rural desordenado que ocorreu nas últimas décadas no Brasil (Strasburg, 2013; Anjos, 2016).

A IG ocorre a partir da designação geográfica que inclui fatores humanos e naturais existentes, os quais caracterizam ou tornam o produto conhecido (Trentini, 2006). Ao mesmo tempo, esses fatores supracitados da IG contribuem para a criação de seus dois subtipos: a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO).

Segundo a Instrução Normativa - IN 95/2018, IP é o nome geográfico que alcançou reputação através de diferentes fontes ou meios, seja como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço correspondente (Instituto Nacional da Propriedade Industrial [Inpi], 2018). Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) (2018), a DO possui quatro atributos principais:

Fatores naturais: Elementos do meio geográfico relacionados ao meio ambiente. Exemplo: solo, relevo, clima – influenciadores das qualidades ou características do produto ou serviço;

Fatores humanos: Elementos próprios à comunidade produtora ou prestadora do serviço. Exemplo: saber-fazer local inclui o desenvolvimento, adaptação ou aperfeiçoamento de técnicas próprias;

Qualidades: Atributos passíveis de comprovação e mensuração do produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços;

Características: Traços ou propriedades inerentes ao produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços.

Para ambas, IP e DO, poderá vir acompanhado de nome do produto ou do serviço, o nome usado comumente para se referir a um lugar em particular, a uma feição ou a uma área com identidade reconhecida na superfície terrestre (Inpi, 2018).

Em face às suas peculiaridades - tais como a influência de fatores humanos, ambientais e edáficos na introdução do cultivo, além de ser o único local que disseminou a cultura do dendê no litoral brasileiro, fatores únicos e exclusivos dessa localidade - Valença poderia solicitar o registro de uma DO Inpi (2018) (Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional [CAR], 2019).

Assim, de forma a esclarecer as disposições da IN 95, Inpi (2018, p. 2) destaca-se no art. 3º que elas:

> estendem-se, ainda, à representação gráfica ou figurativa da Indicação Geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja Indicação Geográfica. Parágrafo único. O elemento nominativo da representação gráfica deverá ser idêntico à Indicação Geográfica.

Do ponto da legislação do Inpi sobre DO, a requisição do pedido se baseia em uma conjunção entre fatores naturais e humanos que somente ocorreriam em determinada região (Inpi, 2018). Como pode ser observado, a conjunção desses fatores atende às normas do Inpi e eles podem servir de subsídio para a formação de um pedido do registro dessa IG (Caldas, Almeida & Matias, 2019; Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional [CAR], 2019).

À guisa de exemplo, para melhor compreensão, segundo Reis, Silva e Cunha (2018), o foco incide na existência de um mercado consumidor com demandas de produtos específicos; características próprias de produção e de solo, matéria-prima, técnicas de manejo e beneficiamento que favoreçam, do ponto de vista local, a qualidade do produto; organização local existente hábil para organizar e mobilizar os produtores locais para a pesquisa, busca de apoio e acesso a mercado, além de assegurar o cumprimento de padrões de produção; a ocorrência de suporte estatal ou privado à produção e a iniciativas de certificação.

Contudo, de acordo com Caldas, Almeida e Matias (2019), a busca é pelo registro da IG. Não há ainda um consenso exato acerca do tipo específico e, em virtude disso, o foco recai sobre a importância da compreensão do processo do registro como um todo, as articulações que devem ser realizadas entre todos os diversos elos da cadeia do dendê, as

mobilizações públicas e privadas da categoria com o intuito de dinamizar e consolidar o registro do produto e por isso, a confecção da cartilha com o título *Indicação Geográfica para o azeite de dendê*. Como evidência disso, podem ser vistos os esforços empreendidos em reuniões realizadas. Até o momento, o Brasil ainda não dispõe de nenhum óleo com IG registrada no Inpi (Universidade Federal do Recôncavo Baiano [UFRB], 2019); (CAR; 2019). Além dessas mobilizações recentes, o Município de Valença já realizava, de maneira estratégica, articulações entre diversos entes da sociedade civil, produtores e as organizações do estado, o que de certa forma, pode ter contribuído para esse processo (Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], 2010).

Um ponto crítico apontado por Venturieri, Fernandes, Boari e Vasconcelos (2009) e Pinto, Lopes, Cunha, Filho e Moura (2019), é quanto à capacidade produtiva da espécie *Elaeis guineensis*, conhecida pela população como o dendê, ao solo baiano, pois seu índice de produtividade média não excede a 5 toneladas/ha, fator que não foi previsto, testado e trabalhado para o emprego da espécie no solo baiano da região do Baixo Sul. Por outro lado, isso aconteceu de maneira exaustiva no Pará (Alcântara, Veasey, 2009). Os estudos durante essa pesquisa evidenciaram que a variedade Dura de dendê é referencial na Bahia no que se reporta à capacidade adaptativa e se configura como um tipo de fácil adaptabilidade, sobretudo por sua ocorrência natural no litoral baiano (Alcântara, Veasey, 2009; Venturieri, Fernandes, Boari, & Vasconcelos, 2009; Watkins, 2018). Na região sul do estado da Bahia, no município de Una, a inserção do Manicoré BRS (também conhecido como Unaué) reforça a necessidade regional de uma variedade com capacidade produtiva mais intensa para atender à demanda econômica e dissipar os problemas crônicos existentes como a baixa produtividade dos dendezais e a compra externa de matéria-prima advinda do Pará (Pinto, Lopes, Cunha, Filho, Moura, 2019).

De forma a aprofundar a pesquisa, a próxima seção tratará dos aspectos biológicos, econômicos, culturais, sociais e políticos.

2.2 Modelo de cultivo, variedades de plantas, utilizações e propriedades funcionais do dendê

O modelo agroecológico introduzido pelos afrodescendentes na região de Valença tem sustentado a cultura, os saberes tradicionais e os remanescentes da Mata Atlântica na região do Baixo Sul (Müller, 2001; Furlan Júnior, 2001; Watkins, 2018). A importância da aplicação de sistemas agroecológicos foi evidenciada pela literatura da Embrapa conforme cita Müller

(2006), pois permite o manejo de consórcios e cultivos intercalares. Rocha (2014) evidencia que o dendê pode ser consorciado com o plantio de outros alimentos e melhora a qualidade do solo. Atesta também que, nos três primeiros anos em que o dendezeiro não produz, ele garante renda e alimentação para o produtor através dos outros plantios. Após esse período, o dendê passa a produzir diversas safras ao longo do ano – cerca de três a quatro, o que implica atestar que é uma planta perene não sujeita à sazonalidade (Pinto et al., 2019).

O dendê é uma monocotiledônea da família *Arecaceae* (Valois, 1997; Leitman, 2013) e, de acordo com Surre e Ziller (1969), o gênero *Elaeis* comporta, dentre outras, duas espécies de interesse comercial, a *Elaeis guineensis* (a palma de óleo ou dendê africano) e a *Elaeis oleifera* (caiaué).

O dendê africano (*E. guineenses*) é endêmico na África tropical, todavia, também pode ser encontrado na África Central e Ocidental. Foi o primeiro espécime a chegar no Brasil trazido pelos escravos, em especial, na região de Valença. Do fruto do dendezeiro podem ser extraídos dois tipos de óleo, o primeiro feito com a polpa (mesocarpo), o segundo retirado da amêndoa (óleo de palmiste). O azeite de dendê que é usado na culinária é retirado da polpa do fruto (Souza, 2000; Andreotti, 1995). A espécie *E. guineensis* é composta de quatro variedades: Dura (D), Pisífera (P), Macrocária (M) e o Híbrido Tenera (T) - resultado do cruzamento entre D x P. A variedade M não apresenta interesse econômico. Essas variedades se diferenciam com relação à espessura do endocarpo, que tem controle monogênico. (Oliveira, 2019; Centre of Agriculture and Biosciences International [Cabi], 2019).

O dendê Manicoré é um híbrido interespecífico entre *Elaeis oleifera* e *Elaeis guineensis*, cultivar registrado no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) pela Embrapa desde novembro de 2011 (Rios, Cunha, Lopes, Barcelos, 2012). Na região de Una (no sul da Bahia), seu nome comercial é Unauê. Tem como atributos baixa acidez e é descrito como "mais saboroso", pelo Mapa (2014a) e pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac, 2014, Figura 1). Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2018), o Manicoré surgiu pela necessidade de uma maior produção de óleos, busca por uma variedade que proporcionasse maior produtividade (óleo/ha); menor porte das plantas e maior resistência a doenças. Sua produtividade média é estimada em 25 a 30 t/ha/ano (Cunha et al., 2005).

Figura 1 –Variedade Manicoré em estágio reprodutivo da Estação Experimental Lemos Maia da Ceplac de Una, Bahia.



Fonte: o autor.

Dentre elas, a variedade mais abundante na região de Valença é a Dura, cujo cultivo é orgânico, de baixo impacto de carbono e de latossolos ricos, presente também em todo o litoral baiano (Oliveira, 2019; Lins, Maranduba, Rodrigues e Almeida, 2016). Em seguida, está a Tenera presente nas plantações comerciais de Valença; por último, pode ser encontrada a Manicoré, na região de Una (Oliveira, 2019; Pinto *et al*., 2019).

Essas plantas representam os tipos específicos já implementados em solo baiano com exceção do Caiaué. Embora a variedade D seja a variedade mais adaptativa, é a menos produtiva da área de Valença.

2.3 O dendê e o aspecto político

No que tange ao aspecto político, podem ser observados alguns direcionamentos como os do "Protocolo do Dendê", um documento piloto desenvolvido pelo governo do estado da Bahia e o Banco do Nordeste. Incorporado ao Programa de Desenvolvimento da Dendeicultura Baiana, o documento foi criado com o propósito de integrar produtores, indústria, agentes financeiros e governo estadual, de maneira a desenvolver a atividade no estado e contribuir para a geração de melhores patamares de desenvolvimento, segundo a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (Seagri, 2002a; Seagri, 2002b). A análise política abordada nesse trabalho evidencia que esse programa estadual atuou por um breve período e isso é refletido pelos dados econômicos abordados, os quais ressaltam os fracassos.

Os principais desdobramentos da cultura do dendê e suas implicações tanto ao nível nacional quanto regional na esfera política podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1. Aspecto político do Dendê

Ação/Programa	Objetivo	Metas	Impactos	Consequências/Implantações	Recursos
Fórum Baiano de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas (Vigência – 2012)	Integrar as informações e instituições que trabalham nesse tema na Bahia.	Promover e organizar debates com todos os atores envolvidos com o tema.	Organização e otimização de recursos e ações em IG e Marcas Coletivas (MCs)	Alinhamento de setores como Mapa, ICTs, Sebrae, Fieb, Fapesb, Embrapa e BNB em assuntos tocantes à IG e MC no estado da Bahia.	Provêm de todos os atores envolvidos na coluna anterior.
Protocolo Nacional do Dendê (Vigência: 2002-2004)	Desenvolver e disseminar boas práticas de cultivo e propagação dessa cultura agrícola.	Implantar 12 mil ha de dendê híbrido Tenera com potencial produtivo superior a 20 toneladas de cacho/ha; Produzir 48 mil toneladas de óleo de palma; Gerar 4 mil empregos diretos.	Modernizar a lavoura; Estratégias público-privadas; Elevar a capacidade instalada e industrial; Fornecer crédito rural e garantir preço atrelado às cotações do mercado mundial.	Os dados evidenciaram que esse programa não foi adiante, o que gerou repercussões no progresso e desenvolvimento da lavoura a curto, médio e longo prazo. Muitos donos de roldões desistiram dessa atividade agrícola.	Advindos do governo da Bahia, Secretaria de Agricultura Estadual da Bahia (Seagri), Ceplac, Banco do Nordeste, empresas do setor como a Oldesa (Óleo de Dendê), Opalma (Óleo de Palma).

Programa Nacional de Pesquisas do Dendê (PNP Dendê) (Vigência: 1980 – 1985)	Desenvolver tecnologia para dendê; Evitar evasão de divisas; formar e capacitar equipe técnica para conduzir um programa de pesquisas em níveis comparáveis aos principais centros de pesquisa da cultura no exterior.	Ser o maior banco de germoplasma do Brasil; Aumento da variabilidade genética do dendê; Plantio de linhagens Dura e Tenera para produção de sementes comerciais.	Ao gerar e aperfeiçoar híbridos de dendê, parcerias com o Cirad – aperfeiçoou as pesquisas nos três centros; gerou pesquisas fitogenéticas, produção de sementes comerciais na Ceplac.	Aumento de variedades resistentes às doenças; criação de experimentos com o Caiaué. Estudos sobre a epidemiologia e controle do Anel Vermelho no Vale do Iguape, Bahia; Estudos sobre insetos polinizadores em plantios de todo o país.	Advindos do: Centro Nacional de Recursos Genéticos (Cenagren), Ceplac, Universidade Federal de Viçosa (UFV), Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Ceped), de Salvador (BA); Embrapa; apoio financeiro do Programa de Mobilização Energética (PME); Coordenadoria de Agroenergia (Caerg) do Mapa e parceria com o Institute de Recherche pour le Huiles et Oleagineux (IRHO).
Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PSOP) - Projeto de Lei 7326/10 do Executivo Federal. (Vigência: 2010-2018)	Ofertar condições para que os investidores incorporassem agricultores como parceiros, sobretudo familiares.	Aumento da renda dos trabalhadores. Zoneamento agroecológico; Aprimorar o crédito e assistência técnica; Repasse de 60 milhões para melhoramento genético de mudas e sementes de palma; Atendimento à	Modelo de implantação de política pública (PP), um viés que ocorre de fora para dentro, *top-down*, ao estilo da verticalização da PP	Cinco eixos: Oferta de crédito rural para os agricultores familiares; investimentos em PDI com repasse de verbas, qualificação da assistência sobre a cultura de óleo de palma e desenvolvimento rural sustentável na região Amazônica; zoneamento agroecológico - autoriza o	Envolvidos: iniciativa federal e privada (empresas de biodiesel: Vale, Petrobrás e Agropalma) e agricultores.

		agricultura familiar.		cultivo de óleo de palma na área apta total (3,7%) do território brasileiro; e criação da Câmara Setorial de Óleo de Palma.	

Fonte: elaboração própria baseado em Seagri (2002b), Watkins (2018), UFRB (2019), CAR (2019), MDA (2010), Câmara dos Deputados (2010) e Drouvot, H e Drouvot, C. (2012).

Veiga *et al*. (2005) afirmam que, devido à desistência federal em desenvolver um programa, na década de 2000, conforme pesquisas de campo agropecuárias da Embrapa realizadas com os principais produtores de óleo de palma, foi gerada desconfiança e desânimo em relação a novas iniciativas do governo. Esses produtores afirmavam que, embora existissem incentivos e benefícios fiscais a projetos de plantio do dendezeiro faltavam-lhes ação governamental capaz de oferecer condições básicas favoráveis, tais como infraestrutura (energia, estradas), serviços sociais (educação, saúde) e outros, a fim de que a sociedade pudesse obter desenvolvimento social e econômico de modo natural (Veiga et al., 2005).

Por último, ao nível federal, surgiu em 2010, o Programa de Produção Sustentável (Psop) da Câmara Setorial de Óleo de Palma composta por representantes do governo federal (Mapa, Embrapa, MDA, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e representantes dos produtores de óleo de palma, trabalhadores e consumidores. A câmara é a responsável por regular e fiscalizar a cadeia produtiva de óleo de palma. Embora citasse a pretensão de incluir a região Nordeste, a evidência do planejamento estratégico político, financeiro e econômico das ações do programa recaiu somente sobre a região Norte, em especial, a região de Tomé-Açu e adjacências e em nenhum momento, foi observada ou notada alguma ação que provocasse impactos ou gerasse mudanças na economia da região valenciana (Drouvot; Drouvot, 2012).

Todos esses programas supracitados tiveram o objetivo de desenvolver e ampliar as áreas de cultivo do dendê, tanto na região de Valença, como sobretudo, nas regiões amazônicas produtoras do dendê. Além de financiamento público federal e estadual, existiram algumas pesquisas sobre esse cultivo, embora pontuais, que visavam a atender alguns editais, a exemplo dos de biodiesel. Infelizmente, devido ao desconhecimento de boa parte dos produtores e concorrência de outros cultivos mais rentáveis, o Brasil, assim como a região de Valença, ainda não explora a totalidade de sua capacidade produtiva para o dendê. Ademais, uma boa parte desses programas não contempla a totalidade dos custos da infraestrutura para processamento, investimento e viabilidade econômica (Veiga *et al*., 2005).

A base de dados do IBGE (2006, 2017) evidenciou que as iniciativas do Protocolo do Dendê não foram eficientes nem eficazes para aumentar a produtividade esperada, pois do período analisado, entre 2006 e 2017, os dados apontam para, respectivamente, 9.990 ha e 1.800 ha cultivados. A meta do protocolo era de implementar 12.000 ha da variedade Tenera

(Seagri, 2002b). Então, pode ser visto que ela não foi alcançada nem após os anos iniciais do projeto que é de 2002 e muito menos *a posteriori*, com a drástica redução dos plantios.

2.4 Aspecto sociocultural do dendê

Inúmeros registros indicam que tanto as tradições como as manifestações culturais baianas, assim como as valencianas, são notórias a presença e a influência do dendê. Ele é a base das receitas baianas e também uma das principais marcas identitárias do cardápio afrobrasileiro (Lody, 1998).

No tocante às influências socioculturais do dendê há sete tipos:

1) Relações gastronômicas: Inovação culinária baiana e brasileira junto a outros ingredientes (feijões, quiabo, mandioca, tomates e pimentas). Resultado: moquecas, vatapás, acarajés. Ingrediente fundamental e indispensável para esses pratos supracitados (Watkins, 2011; Borges, 2016);

2) Religião: Rituais de consagração e de oferenda na cultura afrobrasileira. O acarajé é distinguido como bolas de fogo destinado às divindades (Lody, 1998);

3) Patrimônio cultural: Reconhecido e já registrado como patrimônio cultural brasileiro pelo Iphan, no *Livro dos Saberes*. Registro solicitado pela Associação de Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia junto com o Centro de Estudos AfroOrientais da Universidade Federal da Bahia e o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2004).

4) Manifestação da cultura material: A gastronomia do dendê da região do Baixo Sul está ligada à manifestação da cultura material própria das mais diversas comunidades quilombolas que fabricam seus próprios utensílios, um tipo de artesanato específico, a cerâmica de Maragogipinho (Marques, Brito & Andrade, 2017; Secretaria de Desenvolvimento Econômico [SDE], 2017).

5) Diversos espaços: Casas, feiras, mercados e festividades específicas. (Lody, 1998);

6) Empoderamento: Emancipações políticas, sociais e econômicas no território baiano através da promoção de redes de negócios (Watkins, 2011; Borges, 2016);

7) Consumo: A Bahia e a África – únicos lugares onde o azeite de dendê é consumido *in natura*. Nas outras regiões: forte rejeição à sua inclusão nos hábitos alimentares (Oliveira, 2019).

O registro do acarajé junto ao Iphan e as demais informações históricas e socioculturais como as supracitadas certamente contribuirão com informações relevantes para subsidiar o dossiê de registro da Indicação Geográfica para o dendê de Valença.

2.5 Aspectos econômicos do dendê

Do ponto de vista da economia, o dendê gerou o montante estimado em R$ 161.313.000 em receitas no ano de 2017 para Valença; de PIB per capita gerou o valor corrente de R$ 14.534,73 (IBGE, 2018) (Tabela 1).

Tabela 1 - Informações econômicas da dendeicultura em Valença, 2006 e 2017 (continua)

Descrição	2006					2017				
	Valença	Bahia	%	Brasil	%	Valença	Bahia	%	Brasil	%
Número de estabelecimentos agropecuários com dendê	2043	2652	77	3.120	65	406	1578	26	2549	16
Produção de dendê (toneladas)	34.965	176.089	20	1.207.276	3	11.606	36.915	31,5	1.676.421	0,007
Área de produção (hectares)	9.990	44.941	22	96.792	10	1.800	8.733	20	111.418	0,003
Área colhida (hectares)	36.258	44.783	81	96.509	37	7.820	8.733	89	111.233	7
Valor da venda total de agroprodutos da agroindústria rural (mil reais)	36.421	696	52	75.616	48	2.820	1.245.171	0,002	10.830.806	11

Tabela 1 - Informações econômicas da dendeicultura em Valença, 2006 e 2017 (conclusão)

Descrição	2006					2017				
	Valença	Bahia	%	Brasil	%	Valença	Bahia	%	Brasil	%
Rendimento da produção (Kg/hectare)	3.676	3.932	93	12.509	29	4.259	4.227	100	15.071	28
Valor da produção	5.594	27.135	20	116.710	4,8	3.482	11.621	30	407.913	0,008
Produtos de dendê exportados em kg	50.000	-	-	-	-	261.300	-	-	-	-
Valor dos produtos exportados (US$)	6.000	-	-	-	-	120.563				

Fonte: IBGE (2006, 2017, 2017 a-c, 2019); Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (Brasil, 2006, 2017).

Os dados da Tabela 1 mostram que, no que se refere ao número de estabelecimentos agropecuários produtores de dendê, no ano de 2006 Valença detinha 77% da produção do estado da Bahia e 65% da produção brasileira. Já no ano de 2017 apresentou uma queda acentuada, tanto ao nível estadual quanto a quanto nacional, o que se deve em parte à disposição agrícola para o beneficiamento de outras culturas tanto na Bahia como no Brasil. No que se refere à área colhida, a cidade de Valença representava 81% dessa área em hectares a nível de Bahia e chegou a 2017 com 89%. Entretanto houve um declínio nacional, visto que em 2006 a área colhida representava 37%, chegando a 7% em 2017.

Quando analisado, o valor da venda total de agroprodutos da indústria rural, em 2006 o valor do dendê em Valença equivalia a 52% do valor pago pela Bahia e 48% no Brasil. Já em 2017, passa a representar números abaixo de 0 dentro do estado e 11% no Brasil, o que é preocupante para esse segmento agrícola.

O valor da produção da agroindústria rural incluindo óleos vegetais, apresentou significativa importância para Valença em 2006, pois constituía 52% dessa produção na Bahia e 48% no Brasil. Em 2017 esse valor caiu para 39% e 4,5% respectivamente.

Os dados referentes ao valor da produção demonstram que a cidade de Valença simbolizava 20% no estado em 2006 e 30% em 2017, mas para o Brasil houve uma representatividade menor, de 4,8% em 2006 e chegando a um percentual menor que zero em 2017.

Se analisados esses últimos três fatores aqui explícitos – valor da venda total de agroprodutos da indústria rural, valor da produção da agroindústria rural com a inclusão dos óleos vegetais e o valor da produção – há uma grande expectativa que a IG possa compensar esses valores, caso ela consiga ampliar a oferta de produção nas áreas disponíveis. Uma possibilidade seria o plantio da Manicoré em Valença, tanto para dinamizar a produção, assim como renová-la. Uma parte desses dendezais já não é produtiva devido às pragas do coqueiro e a dificuldade de manejo (Moura, Santos, Bittencourt e Krug,2013; Pinto et al. 2019). Outro fator que explica a diminuição da oferta de áreas plantadas para dendê é o fato da região de Valença apresentar outras culturas com ascensão, sobretudo na pauta de exportação, a exemplo do cravo (MDIC 2006;2017).

A análise dos dados de exportação nos permite inserir que o percentual de quilogramas exportados do período 2006 a 2017 para óleos e cocos de dendê foi de 522%. Quantos aos valores em dólares, no mesmo período, o aumento foi 20 vezes superior, o que demonstra possibilidades de a região valenciana atender a uma possível aumento da demanda para exportar seus produtos de IG. Porém, essa exportação deve acontecer sem desconsiderar uma expansão para a área de colheita e outros fatores produtivos, tal como supracitado.

Produtos e coprodutos do dendê ressaltam a variedade de opções que podem ser trabalhados com a planta. Embora exista essa diversidade de opções, Valença só trabalha com três tipos: azeite de dendê, óleo e torta de palmiste (Rodrigues, Pires, Gomes, São, 2009); Seagri (2017); Biomercado (2019) (Tabela 2).

Tabela 2 - Produtos e coprodutos do dendê

Produtos	Aplicações	Coprodutos	Aplicações	Sobras
Azeite de dendê	Indústria alimentícia e vendas ao varejo e atacado	Cachos vazios do dendê, casquilhas da noz, torta de palmiste - principal coproduto da cadeia produtiva do dendê	Industrial – para produção de biomateriais de alta densidade, bio-óleo; substituição ao cimento; como ração animal	Provenientes das cascas do coquilho, são usadas para produzir carvão ativado ou gerar energia em caldeiras.
Óleo de palmiste	Indústria química.	a) Fibra da prensagem do mesocarpo do dendê. b) Pome – *palm oil effluent* – efluente gerado por uma usina de dendê, borra sólida e glicerina – resíduo obtido a partir dos extratos de biodiesel de palma de óleo.	a) Industria - bioprodução voltada à aplicação de produtos na engenharia civil e no setor automobilístico. b) Uso tradicional: fertilizante junto às plantações de dendê ou no mar como ração. Uso mais recente: geração de energia por meio de hidrogênio, metano e até como biodiesel. Borra Sólida – fertilizante, biogás, nanomateriais de aplicação médica ou para área têxtil. Glicerina – para produzir cosméticos, fármacos, biogás, obtenção de resinas e alimentar animais.	

Fonte: Morais *et al*., 2013; Chies, 2016

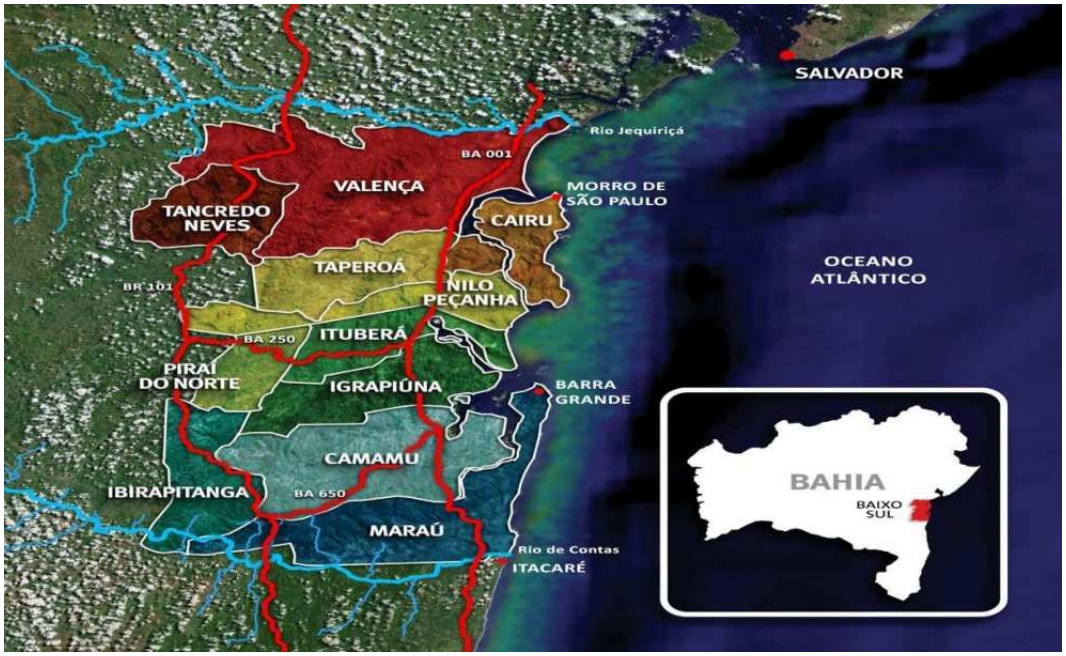
3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Área de estudo

A área de estudo, Município de Valença, está situada próxima ao Recôncavo Baiano (região da área de Salvador) e é conhecida como região Baixo Sul (IBGE, 2017 d); Secretaria de Planejamento [Seplan], 2018) (Figura 2). Devido à região de Valença gozar de destaque na produção de dendê, o que se deve a fatores históricos e culturais da região e por apresentar

diversificação da oferta de seus serviços em vários segmentos, inclusive industrial, em comparação com os outros municípios da região e sua influência regional e econômica, o Município de Valença possui duas associações de produtores de dendê do Baixo Sul: a Cooperativa de Fomento Agrícola Valença Ltda (Coofava) e a Cooperativa de Crédito Rural Costa do Dendê (Ascoob Costa do Dendê, 2019) ; BNDES, 2014; MDA, 2010; SDE, 2017.

Figura 2 – Municípios que compõem o território de identidade do Baixo Sul da Bahia.



Fonte: Seplan (2018).

3.2 Método de abordagem: descritivo

O método de abordagem empregado é o descritivo. O estudo descritivo teve por meta apresentar um relato detalhado de forma a envolver sua configuração, estrutura, atividades, transformações e relacionamento com outros fenômenos (Gil, 2013). Além disso, para o levantamento dos dados, foi empregada a análise de documentos e de material bibliográfico sobre o projeto da IG do dendê e a realidade socioeconômica valenciana baseado em Reis *et al*. (2018); Caldas *et al.* (2019).

O estudo foi realizado no primeiro e segundo semestres de 2019, período em que os dados foram coletados e analisados. Durante esse período também foram realizados contatos e entrevistas iniciais como forma de sondagem à pesquisa junto à Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Ascoob. O tratamento, análise e interpretação das evidências foram realizados por meio da técnica de análise de conteúdo. De acordo com Flick

(2009), a análise de conteúdo é uma técnica clássica para analisar o material textual, sem se importar com a origem desse material. Uma de suas características básicas é a utilização de categorias de análise obtidas de modelos teóricos.

Como estratégia teórico-empírica foram definidas as seguintes dimensões de análise: econômica, social, cultural e biológica. Para caracterizar a dimensão cultural e histórica foi empregada a base teórica da análise de conteúdo e a partir disso, foram levantados dados que subsidiaram as análises extraídos dos seguintes órgãos: Iphan, SEI, Seplan, os quais evidenciam as manifestações socioculturais do dendê com o povo valenciano.

Para a dimensão econômica, foi empregada a base teórica da análise de conteúdo, a partir da qual foram levantados dados que subsidiaram as análises extraídos dos seguintes órgãos: IBGE, MDIC, SDE, Seplan, Seagri e colaboradores empresariais como a Biomercado. Sem a recorrência a essas bases de dados, não seria possível estabelecer parâmetros de análise aprofundados e precisos quanto à evolução da cultura do dendê no país e em Valença, assim como entender a volatilidade dessa *commodity* ao longo do período analisado entre 2006 e 2017.

Para a dimensão política, foi empregada a mesma base teórica supracitada. Quanto às informações que serviram de subsídio às análises, foram extraídas de órgãos vinculados à agricultura como a Ceplac, Embrapa, o Mapa e artigos de congressos. Tais informações foram cruciais para captar o nível de comprometimento governamental e empresarial com o cultivo do dendê ao longo dos mais diversos anos, sobretudo para Valença, assim como perceber o avanço do país com o nível e qualidade de suas pesquisas.

Para a dimensão biológica foi empregada a mesma base teórica de todas as outras análises. Quanto às informações que subsidiaram essas análises, elas foram extraídas de relatórios, boletins, livros e artigos da Anvisa, Embrapa, Ceplac, Mapa e de organizações internacionais da área agrícola. Como citado, a dimensão política teve um peso crucial no desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas no Brasil, a ponto de o país desenvolver seus próprios híbridos, resistentes às diversas pragas que ameaçavam dizimar as lavouras e ainda conseguir alcançar produtividade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização do tema: síntese histórica

A história do Baixo Sul do Estado da Bahia está diretamente relacionada à Região Sul da Bahia. Em seus primórdios, o Baixo Sul caracterizou-se como uma área pioneira no

processo de ocupação, pois nela encontravam-se as principais vias de acesso ao interior em cujo ponto de origem estão os municípios de Cairu e Valença. Com o encerramento dos ciclos extrativistas do pau-brasil e da cana-de-açúcar, Valença tornou-se um núcleo de desenvolvimento regional, o qual se fortaleceu a partir da segunda metade do século XIX (Fischer *et al*., 2007).

Embora essas culturas tenham dominado as áreas de plantações, o dendê também compunha esse cenário, em alguns momentos competia com muitas dessas plantações. Entretanto, devido ao poderio e à influência político-econômica das elites, o dendê somente passou a ter importância no século XX (Watkins, 2018).

4.2 Estudos sobre o dendê e sobre a região de Valença

O azeite de dendê de Valença alcança notoriedade regional e possui qualidade reconhecida tanto dentro como fora da sua localidade de origem. Isso implica dizer que existe um mercado de consumo já estabelecido para esse produto. Além disso, constatou-se que existem características próprias de produção, uma organização local que possa servir de articulação entre os produtores e apoio dos setores governamental e privado (Reis, Silva e Cunha, 2018).

Apesar dessa notoriedade, a Bahia não consegue suprir a demanda do mercado nacional, pois representa somente 12,18% do mercado enquanto o Pará abarca 87,82% (SDE, 2017). Entretanto, esse problema não é recente. Dados econômicos sobre o dendê apontam que os problemas de produtividade já vinham sendo registrados há tempos. Até o ano de 1966, as principais plantações de dendê do Estado da Bahia, em torno de 500 a 1000 ha economicamente ativos, estavam situadas na região de Belmonte a Ilhéus (região Sul da Bahia). Uma parte desse plantio era da Indústria Matarazzo (IRFM) e outra da CSN. Uma grande parte dessas plantações baianas estava em parcial estado de abandono. Todas essas plantações, além de não serem efetivamente planejadas, pertenciam à variedade genética Dura, de menor produtividade (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 1966).

A variedade Tenera foi introduzida na Bahia somente no início da década de 1980, período em que a pioneira Opalma passou a desenvolver seus experimentos com esse híbrido e o utilizou para formar novas áreas. O projeto foi tão sucedido que a empresa chegou até a vendê-lo para algumas empresas do Estado do Pará (Alencar, 1982).

Apesar de todos esses esforços, a participação expressiva dos dendezais subespontâneos na produção não conseguiu consolidar a produção de óleo de palma na Bahia. Tal fracasso se deveu ao seu baixo rendimento para produzir óleo, cerca de 10 a 13% de

rendimento de óleo no mesocarpo seco em relação ao peso do cacho, ao passo que o rendimento da Tenera era do nível de 22 a 25% (Embrapa, 1979; Empresa Amazonense de Dendê [Emade], 1984).

Segundo a Embrapa (1979), após diagnóstico realizado sobre a dendeicultura na Bahia, foi verificado que embora na ocasião o estado ainda fosse o principal produtor nacional, a situação não era satisfatória. Os índices demonstraram que a dendeicultura baiana não oferecia "condições de sobrevivência" e era necessário um plano arrojado de assistência técnica e creditícia para que se assegurasse seu desenvolvimento.

Os dados socioeconômicos e políticos encontrados para a região nos permitem inferir que apesar dos desdobramentos, esforços e iniciativas de fomento à plantação que alavanquem o setor como o Protocolo do Dendê, há a necessidade de se criar mecanismos de condições básicas favoráveis e estruturas que contemplem os trabalhadores rurais da categoria de modo a ofertar-lhes desenvolvimento social e econômico. Por outro lado, do ponto de vista econômico, conforme descrito na Tabela 2, há ainda a possibilidade de se explorar uma ampla gama de produtos e coprodutos do dendê como o pome, a glicerina, o RDB e o biogás que não são produzidos pela comunidade e que podem atender a outras atividades econômicas, a exemplo da bioeconomia.

Assim, considerando-se o aspecto *econômico*, a IG do dendê poderá trazer novas perspectivas, pois o estabelecimento desse produto como um tipo de propriedade industrial pode trazer mais visibilidade nacional e internacional, evitar a descontinuidade da atividade dendezeira, assim como permitir a fixação das populações, dos vínculos e dos diversos estabelecimentos agropecuários ali já gerados e que podem até ser ampliados.

Quanto ao diagnóstico dessa atividade econômica, foi constatado que a Ceplac é a única que ofertou transferência de tecnologia (TT) ao instalar usinas padrões para melhor extração do óleo e ainda dinamizar áreas de plantio ao oferecer sementes de híbridos para compor o banco de germoplasma. Isso implica dizer que a Ceplac já possui a variedade de planta resistente, assim como as técnicas e os estudos necessários para implantação e melhoramento de novos dendezais no Baixo Sul da Bahia. As usinas padrões para extração de óleo e o banco de germoplasma visam a atender tanto a região Sul como a do Baixo Sul baiano e esse projeto tem por meta melhorar os índices de produtividade e desempenho econômico dessa atividade (Mapa, 2014a).

As articulações políticas alcançadas pelo entorno de Valença serão essenciais para dinamizar o *trade* do dendê, sobretudo no processo de unificar, agregar e eliminar disparidades que possam servir de entrave para o bem coletivo maior, o qual neste momento

tem sido o processo de sensibilização dos produtores para a importância da articulação e cooperação, a fim de que essas associações de produtores locais de dendê possam gerar o processo de IG, assim como se beneficiarem das benesses desse processo. Ademais, isso poderá proporcionar ao *cluster* dendezeiro um maior impulso econômico, assim como uma grande expansão da oferta de terras agrícolas tanto na sua região como em outras regiões da Bahia. Esse estímulo econômico poderia reverter a diminuição de 3,7% das áreas destinadas às lavouras permanentes, que tem ocorrido na Bahia desde o ano de 2006.

Do ponto de vista *cultural,* a reputação histórica e comercial dessa região como produtora de dendê, o sabor acentuado e marcante desse azeite como um traço distintivo de baianidade, o legado centenário africano que impera nessa região para o modo específico de colheita e de produção artesanal, assim como o *terroir* próprio e o seu *savoir-faire* beneficiam esse produto como elementos marcantes e distintivos de uma IG, inclusive perante a terceiros produtos que queiram eventualmente gozar ou se aproveitar dessa reputação. Todos esses elementos são únicos e específicos dessa região e podem ser usados como instrumentos de prova originária e de repressão às falsas marcas de produtos de azeite de dendê.

No que se reporta ao aspecto *biológico*, ele é útil para que se compreenda a diversidade de variedades de dendezeiro. As variedades descritas aqui nesse trabalho se referem, sobretudo, às variedades da espécie *E. guineensis* e são as mais utilizadas pelos produtores de dendê no Brasil. Por outro lado, as variedades comerciais desenvolvidas por centros de pesquisas são muitas (Rios *et al*., 2012). Compreender um pouco delas é de fundamental importância até para diferenciar as quais são mais rentáveis e produtivas para os produtores da cadeia do dendê. É constatado, por exemplo, que as variedades mais simples como a Dura são encontradas em inúmeras regiões agroecológicas, com variabilidade nos estágios reprodutivos, idades e espaçamentos, além dos mínimos tratos culturais. Isso difere do que ocorre com a Tenera que necessita mais insumos, porém reproduz cerca de 30 t/ha, cinco vezes mais que a primeira. Porém, são inviáveis para agricultores familiares, a maioria dessa região. Dessa forma, a variedade Tenera acaba por ser usada por produtores de maior condição financeira: aqueles de médias ou grandes propriedades rurais, muitas vezes industriais como a Opalma (Santos, 2010; Alencar, 1982). Ademais, embora com alto índice de produtividade, a Tenera ainda perde para a Manicoré BRS por três fatores: é menos resistente às pragas do coqueiro, mais difícil de manejar por causa de seu porte alto e um pouco menos produtiva.

O levantamento de todas essas informações obtidas tem por objetivo fornecer elementos que sirvam de fomento ao dossiê do registro da IG. As ações específicas da IG

ajudam a criar um selo territorial que promove a identificação e a distinção valorativa de produtos agropecuários junto aos seus respectivos clientes. Esse mesmo tipo de proposta é o que se pretende entregar à área do Baixo Sul e aos demais municípios produtores do dendê.

Ademais, são apontadas aqui informações sobre outras formas de cultivo como a variedade Manicoré que é mais fácil de ser manejada, mais produtiva e apresenta uma maior resistência a doenças e pragas comuns oriundas de espécies do dendezeiro (Lody, 1998; Embrapa, 2018).

Diante do que já foi exposto, convém ressaltar que as reflexões estratégicas trazidas neste trabalho contribuem de maneira direta para o registro da IG, pois todo o conjunto delas (histórico, econômico, sociocultural, político e biológico) corroboram o pedido de registro da IG. Quanto aos elementos históricos, por exemplo, o Mapa (2014c) os cita e afirma que eles são vitais para a contribuição dos elementos na elaboração do dossiê de IG, pois permitem a realização do levantamento histórico da região e das comunidades locais e comprovam a reputação antiga e a atual. Ademais, comprovam a origem, apoiam a delimitação geográfica da área e a definição das regras de produção, o que impacta na qualidade do produto e por fim, contribuem com o projeto coletivo de fortalecimento da comunidade alvo.

Não se pode ignorar que a IG é um produto da propriedade industrial e que esse registro também impacta o entorno por tornar o lugar mais notório e diferenciado junto ao seu público com um status de qualidade ímpar (Mapa, 2014b). Por outro lado, não se pode descuidar dos fatores produtivos e econômicos quando ocorre o recebimento de uma maior demanda econômica, como a que pode ser estimulada pela IG.

O arranjo produtivo local (APL) propicia a requisição de uma IG, sobretudo pela ocorrência de cooperativas agrícolas já voltadas à exploração do cultivar dendê. Como exemplo, pode ser citada a Ascoob Costa do Dendê. Isso sem desconsiderar as articulações políticas da região que são estratégicas junto a entes da sociedade civil, produtores e as organizações do estado e que também podem contribuir de maneira significativa para o registro dessa IG.

5 CONCLUSÃO

Compreende-se que o Território de Identidade do Baixo Sul detém um produto singular e de destaque no âmbito nacional e internacional, fruto de uma história consagrada de sua colonização e ancestralidade africana ímpar. Um azeite rico em nutrientes e ecologicamente sustentável que empresta ao Baixo Sul sua beleza e imponência tropical,

assim como expressa e evidencia a cultura por meio da culinária baiana e da religiosidade afro-brasileira.

Embora ainda não tenha apresentado ou registrado nenhum pedido de IG, Valença detém atributos essenciais e estratégicos que a permitirão desenvolver o próprio processo de IG e fomentar a cooperação e o diálogo necessários, tanto na Bahia quanto em nível nacional, no que tange à governança das Indicações Geográficas no Brasil e ao empoderamento gerado pelo dendê, o qual não foi construído por um processo relâmpago, mas sim pelos intercâmbios, rupturas e engendramentos sociais construídos no território baiano ao longo do *continuum* de 500 anos.

Em face de sua singularidade, o azeite de dendê de Valença traz consigo grande potencial para pleitear o registro da DO. Nesse potencial está a riqueza de seus latossolos que empresta um sabor peculiar ao azeite. Deve-se enfatizar que as associações existentes em cooperação com as universidades e os institutos de pesquisa, assim como a rede de articulação gerada pelas esferas supracitadas, terão um papel crucial na requisição, finalização desse registro e continuação do apoio aos produtores na forma de utilização dessa propriedade industrial. Embora as atividades de mobilização e discussão acerca do registro já tenham começado no território do Baixo Sul, ele se estenderá a outros territórios do Estado da Bahia, a saber, o Recôncavo e o Sul do Estado. Isso traz consigo a necessidade de discussões nesses outros territórios.

Outra sugestão de estudos futuros seria compreender quais as novas políticas adotadas pelo setor para permitir que a Bahia volte a ter índices de produtividade mais elevados. A Bahia deveria voltar ao circuito de alta produção tal como era no passado, pois existem muitas áreas que podem ser plantadas e que mitigariam os impactos ambientais no estado.

Ademais, estudos futuros também poderiam ser conduzidos para a verificação da existência de articulações do setor estadual frente à Câmara Setorial de Óleo de Palma ou ao Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma. Outrossim, esses estudos podem ser úteis para estimar os impactos à expansão e ao beneficiamento dessa atividade produtiva na Bahia.

A literatura do tema dendê sobre o Baixo Sul é rica em relatos sobre as variedades Dura e Tenera, porém até a presente pesquisa, não há informações ou estatísticas acerca do cultivo da Manicoré BRS, as quais são fundamentais para atender às lacunas de produtividade do Baixo Sul. Neste sentido, já foram citadas suas potencialidades, inclusive para permitir que a atividade continue com ciclos mais duradouros e com maior potencial de produtividade, melhor manejo e competitividade. As outras variedades, apesar da resistência, sobretudo a

variedade Dura, depois de um tempo tornam-se inviáveis de manejar devido à altura excessiva e impactam em custos de produtividade. Ademais, são bem suscetíveis a pragas assim como a Tenera.

Essa dificuldade de manejo tem sido um dos entraves que tem desestimulado a captação de mais trabalhadores na lavoura dendezeira.

Por fim, deve ser salientado que ao longo desse trabalho foi vista e discutida a importância ancestral que o azeite de dendê traz para a história, a cultura e a sociedade baiana, com suas influências e qualidades. Ademais, o levantamento e a análise dos dados biológicos, políticos e econômicos refletem dados precisos sobre as práticas e os avanços da cultura de dendê que podem beneficiar e repercutir na economia regional e na valorização desse dendê do Baixo Sul como um ativo de propriedade industrial, além de trazer mais visibilidade nacional e internacional.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, B. K. de; VEASEY, D. E. A. "Melhoramento genético do dendê: potenciais e conquistas". 2009. Disponível em: http://www.esalq.usp.br/departamentos/lgn/pub/seminar/BKAlcantara-200901-Seminario.pdf. Acesso em: 18 mar. 2019.

ALENCAR, M. H. *Análise organizacional da Opalma – Óleo de Palma S.A*. Brasília: Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira, 1982. 104 p.

ALVES, B. **"**Latin America: palm oil industrial consumption 2020, by country". Apr. 6, 2021. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/1004478/latin-america-palm-oil-industrialconsumption-country/#statisticContainer. Acesso em: 15 abr. 2021.

ANDREOTTI, C. M. (ed.). *A cultura do dendê*. 32. ed. Brasília: Serviço de Produção de Informação - Spi, 1995. 67 p. (ISBN 85-85).

ANJOS, F. S. dos (org.). "Abordagem territorial e desenvolvimento: tópicos sobre a natureza de um debate inacabado". *In*: BADALOTTI, Rosana Maria *et al*. (org.). *Território, territorialidades e estratégias de desenvolvimento regional*. Passo Fundo: Imed, 2016. p. 1427.

ANVISA. **"**Resolução RDC nº 270, de 22 de setembro de 2005. Aprova o regulamento técnico para óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal". Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/rdc0270_22_09_2005.html. Acesso em: 2 abr. 2020.

ASCOOB COSTA DO DENDÊ. "Cooperativa de Crédito Costa do Dendê". 2019. Disponível em: http://ascoobcostadodende.blogspot.com/. Acesso em: 22 abr. 2019.

BAHIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário (org.). *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território*: Baixo Sul da Bahia. Salvador: Governo Federal, 2010. 136 p.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. *Dendê:* Programa de Desenvolvimento da Dendeicultura Baiana – Protocolo do Dendê. Salvador: Seagri, 2002.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Desenvolvimento territorial:* potencialidades econômicas, território de identidade Baixo Sul. Salvador: Governo do Estado, 2017a.

BAHIA. Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura. *Cotação agrícola:* Dendê. Salvador: Seagri, 2017b.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. *Plano territorial de desenvolvimento sustentável e solidário do território Baixo Sul da Bahia – PTDSS*. Salvador: Governo do Estado, 2018.

BENTES, E. dos S.; HOMMA, A. K. O. *Importação e exportação de óleo e palmiste de dendezeiro no Brasil (2010–2015)*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. 36 p. ISSN 1676-5264. Disponível em: https://www.embrapa.br/amazonia-oriental/publicacoes. Acesso em: 31 mar. 2020.

BIOMERCADO. "Centro de referência da cadeia produção de biocombustíveis para a agricultura familiar". 2019. Disponível em: http://biomercado.com.br/cotacoes.php.Acesso em: 5 jan. 2020.

BORGES, A. de J. *et al*. "A cultura da palma de óleo (*Elaeis guineensis* Jacq.) no Brasil e no mundo". *Revista Liberato: aspectos agronômicos e tecnológicos - uma revisão*, Novo Hamburgo, v. 27, n. 17, p. 65-77, 01 mar. 2016. Semestral.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. "Certidão de 21 de dezembro de 2004". Brasília, 20 nov. 2019. p. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **"**Balança comercial brasileira por município: janeiro / abril – 2016"**.** Brasília, DF: MDIC, 2017. Disponível em: http://www.comexresponde.gov.br/portalmdic/sitio/sistema/balanca/?item=2016-04**.** Acesso em: 30 jul.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **"**Balança comercial brasileira por município: janeiro / dezembro 2006". Brasília: MDIC, 2006. Disponível em: http://www.comexresponde.gov.br/portalmdic//sitio/sistema/balanca/?item=2006-12. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. *Programa: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização*. Brasília: Mapa, 2014a.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (org.). *Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio:* Módulo II, indicação geográfica. 4. ed. Florianopólis: Funjab, 2014b. 415 p. ISBN: 978-85-7426-136-2.

CALDAS, A. dos S, *et al*. *Indicação geográfica para o azeite de dendê*: proteger, valorizar o produto, os produtores e produtoras de azeite de dendê da região do Baixo Sul da Bahia e municípios adjacentes. Salvador: Revelia Produções, 2019. 12 p. Cartilha do dendê.

CENTRE OF AGRICULTURE AND BIOSCIENCES INTERNATIONAL. "Elaeis guineensis (African oil palm)". 22 nov. 2019. Disponível em: https://www.cabi.org/isc/datasheet/20295#tosummaryOfInvasiveness. Acesso em: 31 mar. 2020.

CHIES, V. "Resíduo do dendê pode gerar biogás", Embrapa, Brasília, 16 mar. 2016. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/10768217/residuo-dodende-pode-gerar-biogas. Acesso em: 12 set. 2019.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (Bahia). "Encontro discute indicação de procedência para azeite de dendê no Recôncavo", Salvador, 18 set. 2019. Disponível em: http://www.car.ba.gov.br/noticias/encontro-discute-indicacao-de-procedenciapara-azeite-de-dende-no-reconcavo. Acesso em: 30 set. 2019.

CUNHA, R. N. V. da; LOPES, R.; BARCELOS, E.; RODRIGUES, M. R. L.; TEIXEIRA, P. C.; ROCHA, R. N. C. "Produção de híbridos interespecíficos dendê (*Elaeis guineensis*) x caiaué (*Elaeis oleifera*)". In: *Congresso Brasileiro de Melhoramento de Plantas*, 3., 2005, Gramado, RS. *Anais digitais* [...]. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2005. 1 CD-ROM.

DROUVOT, H.; DROUVOT, C. O "Programa Federal de Produção Sustentável de Óleo de Palma: a questão da participação dos atores locais em favor do desenvolvimento territorial". *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Resende, v. 1, n. 1, p. 1-17, 8 set. 2012. Anual. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/fotos2012.php. Acesso em: 4 abr. 2020.

EMADE. *Relatório de viagem ao segmento dendê do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado*. Manaus: Empresa Amazonense de Dendê, 1984. 33 p.

EMBRAPA. "Produção Agrícola Municipal (PAM) – IBGE". Brasília: Embrapa, 1979. Disponível em: https://www.embrapa.br/agropensa/producao-agricola-municipal. Acesso em: 27 fev. 2020.

EMBRAPA. "Recursos genéticos de palma de óleo e caiaué: novas estratégias de conservação, avanço no conhecimento e uso sustentável da diversidade genética". Brasília: Embrapa, 2018. Líder do projeto: Raimundo Nonato Vieira da Cunha. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/207069/recursos-geneticos-de-palma-deoleo-e-caiaue-novas-estrategias-de-conservacao-avanco-no-conhecimento-e-uso-sustentavelda-diversidade-genetica. Acesso em: 1 maio 2019.

FISCHER, F. et al (Org.). (2007). *Baixo Sul da Bahia: uma proposta de desenvolvimento territorial***.** Salvador: Ciags/UFBA.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2009.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa***.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

IBGE. *Produção agrícola – Lavoura permanente do dendê*. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE. *Censo agropecuário 2006/2017*. [*S.l.*], 2017.

IBGE. "Produção Agrícola Municipal – PAM: Tabelas – 2017. 6.5. Bahia – Dendê por região". Brasília: IBGE, 2017a. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-epecuaria/9117-producaoagricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?edicao=22566&t=resultados. Aesso em 30 mar. 2019.

IBGE. "Censo Agro 2017: Dendê Coco – Bahia". Brasília: IBGE, 2017b. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?local idade=29&tema=76287. Acesso em: 20 jan. 2020.

IBGE. "Censo Agropecuário - Tabela 6955". 2017c. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6955. Acesso em: 25 jul. 2020.

IBGE. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*: 2017/IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017d. 82p. ISBN 978-85-240-4418-2.

IBGE. "Censo Agropecuário: Tabela 1613. 3 - Área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanente". 2006/2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/geratabela?format=xlsx&name=tabela6955.xlsx&terr=N&rank=&query=t/6955/n3/29/n6/in%20n3%2029/v/9504,10081/p/all/c829/46302/c227/all/c218/46502/c12517/113601/l/p%2Bc829%2Bc218%2Bc12517,v%2Bc227,t. Acesso em: 30 set. 2019.

IBGE. "Valença". 2018. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-eestados/ba/valenca.html. Acesso em: 5 maio 2019.

INPI. "Legislação – Indicação geográfica. Instrução Normativa PR nº 095/2018". 2018, Disponível em: http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/legislacao-indicacaogeografica-1. Acesso em: 1 maio 2019.

LEIRAS, A. *A cadeia produtiva de biodiesel*: uma avaliação econômica para o caso da Bahia. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_RIO1_536f351d167f116 f417b6bd065629f67. Acesso em 05 maio 2019.

LEITMAN, P.; SOARES, K.; HENDERSON, A.; NOBLICK, L.; MARTINS, R.C. "Arecaceae". In: *Lista de Espécies da Flora do Brasil.* Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://floradobrasil.jbrj.gov.br/jabot/floradobrasil/FB34035. Acesso em: 5 abr. 2020.

LINS, I.; M., H.; RODRIGUES, L.; A. N., J. “Desempenho ambiental dos cachos de frutos de dendê de produções convencional e orgânica na região do Baixo Sul da Bahia”. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais*, n. 39, p. 59-69, 31 mar. 2016. Disponível em: http://rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/159. Acesso em: 20 jun. 2020.

LODY, R. *Santo também come***.** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1998. 199 p.

MACHADO, R. *Projeto cria programa de produção sustentável de azeite de dendê*. Brasília: Câmara dos Deputados. 9 ago. 2010. Agropecuária.

MARQUES, J.F.A; BRITO, D. S.; ANDRADE, G.T. *Sabores Quilombolas do Baixo Sul*. IF Baiano, campus Valença. 2017. 27p. Disponível em: https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2017/06/Sabores-quilombolas-do-BaixoSul-FINAL.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

MENDOZA, J. *Brazil:* palm oil production volume 2016-2018. 2020. Disponível em: https://www.statista.com/statistics/876428/palm-oil-production-volume-brazil/. Acesso em: 15 abr. 2021.

MORAIS, J. P.; MEDEIROS, E. P.; SILVA, J. A. da; ROSA, M. de F.; SOUZA FILHO, M. S. M. de; ALEXANDRE, L. C.; CASSALES, A. R.; SANTOS, M. A. *Valorização de coprodutos da cadeia do dendê*. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2013. 37 p. Documentos 163.

MOURA, J. L., SANTOS, L. P. dos, BITTENCOURT, M. A. L.; KRUG, C. (2013). “Preferência do bicudo-das-palmeiras por dendezeiro, caiaué e por seu híbrido interespecífico”. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 48, n. 4, p. 454–456, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-204X201300040001. Acesso em: 20 nov. 2019.

MÜLLER, A.A.; ALVES, R.M. *A dendeicultura na Amazônia brasileira*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 44p. (Embrapa Amazónia Oriental. Documentos, 911.

MÜLLER, A. A.; FURLAN JÚNIOR, J. *Agronegócio do dendê*: uma alternativa social, econômica e ambiental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001. 288 p.

MÜLLER, A. A.; JUNIOR, J. F.; FILHO, P. C. *A Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.

OLIVEIRA, H. P. “Dendê: aspectos botânicos, agronômicos, ecológicos e econômicos”. In: LODY, Raul (org.). *Dendê*: símbolo e sabor da Bahia. São Paulo: Editora Senac, 2019.

PINTO, S. *et al*. “Produção e composição de cachos e incidência do anel vermelho em híbridos interespecíficos de caiaué com dendezeiro no sul da Bahia”. *Agrotrópica (Itabuna),* [*s.l.*], v. 31, n. 1, p. 5-16, 30 abr. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agrotropica/agrotropica-2019v31n1.pdf/view. Acesso em: 30 mar. 2019.

REIS, L. L. de M. *et al*. “Dendê de Valença – Bahia: indicação de procedência”. *Revista Macambira*, Serrinha, v. 2, n. 2, p. 1-22, 20 dez. 2018. Semestral. Disponível em: http://revista.lapprudes.net/. Acesso em: 15 abr. 2019.

RIOS, S. de A. *et al. Recursos genéticos de palma de óleo (Elaeais guineensis Jacquim) e caiaué (Elaeis oleifera (H.B.K.) Cortés).* Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2012. 44 p.

ROCHA, C. “Dendê e alimentos plantados lado a lado”. *Embrapa*, Brasília, 29 ago. 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2006516/dende-ealimentos-plantados-lado-a-lado. Acesso em: 29 ago. 2014.

SANTOS, E. A. *Caracterização de dendezeiros subespontâneos com base na produção de frutos e cachos*. 2010. 61 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) – Programa de Pósgraduação em Produção Vegetal, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2010. Disponível em: http://nbcgib.uesc.br/ppgpv/painel/paginas/uploads/9c4675b7d245efa7b0c9cc31812e967d.pdf Acesso em: 19 nov. 2019.

STRASBURG, C. E. J. *Da importância das indicações geográficas no atual contexto da empresa agrária*. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-09112015-115413/publico/DissertacaoMestrado_Integral_Carlos_Edson_Strasburg_Junior.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

SOUZA, J. “Dendê”. 2000. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/radar/dende.htm. Acesso em: 19 mar. 2019.

SUDENE; GIPM. *Dendê*: produção, procura e preço. Recife: Sudene/GIPM, 1966. 28 p.

SURRE, C.; ZILLER, R. *La palmera de aceite*. Barcelona: Colección Agricultura Tropical, 1969. 231 p.

TRENTINI, F. *Denominação de origem*: elemento fundamental às atuais empresas rurais. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001649824. Acesso em: 5 maio 2019.

“UNAUÊ: Um dendê com baixa acidez e muito mais sabor”. *Jornal do Cacau*: Informativo do Mapa/Ceplac para as regiões produtoras de cacau da Bahia, [*S.l.*], n. 10, p. 8, jan./jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. “Indicação geográfica para o azeite de dendê da Bahia”. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/profnitufrb/eventos/22-indicacao-geografica-para-o-azeite-de-dende-da-bahia. Acesso em: 22 out. 2019.

VALOIS, C. C. A. *Possibilidades da cultura do dendê na Amazônia*. Brasília: Cenargen, 1997. 7 p. (Comunicado Técnico, 19).

VEIGA, A. S.; FURLAN JÚNIOR, J.; KALTNER, F.J. *Políticas públicas na agroindústria do dendê na visão do produtor*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2005. 33 p. (Documentos 222).

VENTURIERI, A. *et al.* “Relação entre ocorrência do amarelecimento fatal do dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) e variáveis ambientais no Estado do Pará”. In*:* CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROMETEOROLOGIA, 16., 2009, Belo Horizonte. *Anais*... Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Agrometeorologia, 2009. p. 523- 530.

WATKINS, C. “Dendezeiro: African oil palm agroecologies in Bahia, Brazil, and implications for development”. *Journal of Latin American Geography*. Dallas, p. 1-26. 31 mar. 2011. Disponível em: http://muse.jhu.edu/issue/22614. Acesso em: 22 mar. 2019.

WATKINS, C. “Landscapes and resistance in the African diaspora: Five centuries of palm oil on Bahia's Dendê Coast”. Journal of Rural Studies, [S.l.], v. 61, p.137-154, jul. 2018. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jrurstud.2018.04.009.
Acesso em: 05 maio 2019.

YOKOYAMA, R. “Palma de óleo nos próximos 10 anos”. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriaistematicas/documentos/camaras-setoriais/palma-de-oleo/2017/24ª ro/app_mercado_palma_24ro_oleo.pdf. Acesso em: 15 maio 2019.